

## 30 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS

O **Conselho Indígena de Roraima (CIR)** nasceu em 1970 com o objetivo de reconquistar as Terras Indígenas tomadas pela pecuária extensiva nos campos naturais no norte do Estado de Roraima. A organização surge quando os líderes indígenas, conhecidos regionalmente por *tuxauas*, resolvem levantar a bandeira contra a bebida alcoólica, usada muitas vezes para pagamento da mão de obra nativa nas fazendas.

O CIR promoveu um verdadeiro levante contra a opressão vivida nas malocas de Roraima. Centenas de vezes, líderes comunitários foram ameaçados de morte, tendo as casas queimadas, as roças destruídas, os jovens espancados. Como resultado, 21 índios assassinados em três décadas por conflitos de terra. Esses números parecem alarmantes, mas são bem menores em relação aos casos anônimos ocorridos nas décadas anteriores. Os números desse massacre lento e covarde jamais serão sabidos.

O trabalho do CIR está voltado prioritariamente para a demarcação e homologação das 32 Terras Indígenas de Roraima, além de atenção especial à fiscalização das áreas, educação, saúde e auto-sustentabilidade. O CIR mantém uma articulação com mais de duzentas malocas, incluindo as pertencentes ao povo *yanomami* e *waimiri-atroari*. Os principais resultados da organização foram a libertação das comunidades indígenas da opressão dos fazendeiros, a afirmação das identidades culturais dos diferentes povos e a reconquista territorial. O Conselho ocupa hoje um espaço político importante na representatividade dos direitos e interesses dos povos indígenas diante da sociedade local, nacional e internacional. A organização busca dialogar com a conservadora classe política regional, mas, como resposta, enfrenta sistemáticas campanhas difamatórias. Superados os impasses regionais, o CIR é uma das organizações indígenas mais respeitadas do Brasil, sendo membro-fundador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

### **BRASIL REPARA PARTE DA IMENSA DÍVIDA QUE TEM COM OS POVOS INDÍGENAS**

Após trinta anos de luta, união e organização, os índios *macuxi*, *wapichana*, *ingarikó*, *taurepang* e *patamona* respiram aliviados. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no dia 15 de abril de 2005, o decreto que homologa de forma contínua a área Raposa Serra do Sol, em Roraima. “*Esse é um grande momento do governo*”, disse o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, durante a solenidade de assinatura do decreto que coloca um “ponto final” no conflito entre índios, fazendeiros, plantadores de arroz e garimpeiros que já se arrastava por três décadas.

O coordenador do CIR, Marinaldo Macuxi, considera que a homologação, mesmo não atendendo todas as reivindicações dos 16.684 indígenas da

região, foi uma grande vitória: “*Vamos viver com mais dignidade na terra que é nossa*”, destacou<sup>1</sup>.

O decreto garante 1.743.089 hectares para 164 aldeias e determina também que ficam excluídas da área a sede do município de Uiramutã, o 6º Pelotão Especial de Fronteira, as linhas de transmissão de energia elétrica e os leitos das rodovias públicas federais e estaduais. O governo federal vai destinar 150 mil hectares da União para a implantação de três pólos desenvolvimento agropecuário, regulamentar dez mil propriedades familiares, identificar e cadastrar todas as famílias afetadas pela homologação que se enquadrem nos pré-requisitos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e instalá-las em projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), concluindo o levantamento, avaliação e indenização das benfeitorias identificadas na reserva. O decreto estabelece o prazo de um ano para indenizar e retirar os ocupantes da reserva.

Prevedo reações violentas pós-homologação, a Polícia Federal executou a Operação Upatakon (“nossa terra”, na língua *macuxi*). Mesmo com o efetivo de mais de 140 policiais, a Polícia Federal não conseguiu evitar que quatro de seus agentes fossem seqüestrados e mantidos reféns durante nove dias na aldeia Flechal, comunidade ligada aos plantadores de arroz. Num acordo intermediado pelo governador Ottomar Pinto (do Partido Trabalhista Brasileiro/PTB), os policiais foram libertados sem uso da força. O governador decretou ainda luto oficial de sete dias em todo o estado devido ao reconhecimento de Raposa Serra do Sol. O Ministério Público Federal questionou a decisão, uma vez que não havia nenhum cadáver, e solicitou que os órgãos públicos não colocassem a bandeira nacional a meio mastro.

### **CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (CIR)**

Avenida Sebastião Diniz, 2630, São Vicente, Boa Vista (RR).

CEP: 69.303-120. Telefone: (95) 224-5761 – Fax: (95) 624-2452

E-mail: [cir@technet.com.br](mailto:cir@technet.com.br) – Site: [www.cir.org.br](http://www.cir.org.br)

---

<sup>1</sup> Ver, nesta edição dos **Cadernos**, entre as páginas 143 e 144, a carta de agradecimento do CIR, “Raposa Serra do Sol a caminho de dias melhores” (Nota da Redação).